



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

**Ata da Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Contorno Ferroviário da Região Metropolitana de São Paulo – Ferroanel Norte”, de responsabilidade da Empresa de Planejamento e Logística S/A - EPL, (Proc. nº 282/2015), realizada às 17h00 do dia 25 de julho de 2017, na cidade de Arujá/SP.**

Realizou-se no dia 25 de julho de 2017, no Auditório da União Arujaense Futebol Clube, localizado à Rua Júlio Antonio dos Santos, 100, Bairro Barbosas, em Arujá/São Paulo, a Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente – EIA/RIMA –do empreendimento “**Contorno Ferroviário da Região Metropolitana de São Paulo – Ferroanel Norte**”, de responsabilidade da Empresa de Planejamento e Logística S/A - EPL (Proc. nº 282/2015). Dando início aos trabalhos, o **Secretário-Executivo** declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Ricardo Salles, saudava e dava boas-vindas aos representantes do Poder Executivo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores José Luiz Monteiro, Prefeito Municipal de Arujá; Joncy Silva, Diretor Geral da Prefeitura e Chefe de Gabinete da Prefeitura de Arujá; Ciro Doi, Secretário de Obras da Prefeitura de Arujá; do Poder Legislativo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores Castelo Alemão; Rafael Laranfeira e Reinaldinho, Renato Caroba, todos Vereadores de Arujá –; dos organismos da sociedade civil –; do Poder Judiciário, do Ministério Público do Estado de São Paulo –; dos órgãos públicos; da Polícia Militar Ambiental; de conselhos estaduais e municipais de meio ambiente –; das entidades ambientalistas, enfim a todos que compareceram a esta audiência pública sobre o empreendimento “Contorno Ferroviário da Região Metropolitana de São Paulo – Ferroanel Norte”, de responsabilidade da Empresa de Planejamento e Logística S/A - EPL (Proc. nº 282/2015). Declarou que possuía a função regulamentar de conduzir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente-CONSEMA sobre empreendimentos, projetos e obras em licenciamento, planos de manejo, enfim, acerca de tudo aquilo que diz respeito ao Sistema Estadual do Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indicava o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático, e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado a todos, para que deem as opiniões, formulem indagações, apresentem suas contribuições, sugestões e críticas e tudo o que possa contribuir para o aprimoramento dos estudos e do projeto e/ou proposta apresentada. Esclareceu também que seu papel nas audiências públicas é completamente isento, e sua função tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra, para garantir que aqueles que tenham algo a dizer possam fazê-lo de modo democrático e organizado. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela **Deliberação CONSEMA Normativa 01/2011** para a condução das audiências públicas e declarou que o Conselho prevê que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do projeto ou proposta, e, em seguida, uma exposição detalhada dos estudos ambientais elaborados sobre o empreendimento. Explicou que, imediatamente após, fazem uso da palavra aqueles que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada um deles a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que não representam quaisquer órgãos públicos ou entidades civis, mas que falam em seu próprio nome, com direito a três minutos cada um. Sequencialmente, manifestam-se os representantes de órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal; a seguir, os representantes do CONSEMA e dos COMDEMAS que se inscreverem, com direito também a cinco minutos cada um. Por fim, acrescentou, falam os representantes do Poder Executivo, seguidos daqueles que representam o Poder Legislativo, destacando que o motivo pelo qual os representantes desses dois poderes falam em último lugar é que apenas assim lhes é plenamente assegurado o direito a manifestar-se acerca das críticas e sugestões feitas pelos diferentes segmentos da sociedade que antes deles tenham se manifestado, podendo assim opinar ou oferecer esclarecimentos que

Página 1 de 5



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

eventualmente os pontos de vista expostos tenham suscitado. Por fim, no terceiro e último momento da audiência, facultou-se ao empreendedor e equipe responsável pelos estudos técnicos que ofereçam resposta aos questionamentos e comentem as colocações feitas, pelo prazo de até quinze minutos cada um destes. Ao cabo, franqueia-se aos representantes do CONSEMA eventualmente presentes a prerrogativa de manifestarem-se por até dez minutos, distribuídos por tantos quantos desejarem fazer uso da palavra. Reiterou que só poderia fazer uso da palavra quem se inscrevesse, e que, portanto, aquele que desejasse fazê-lo e ainda não houvesse se inscrito, o fizesse naquela hora. Informou que a Mesa Diretora dos Trabalhos era presidida por ele, Secretário-Executivo, por um representante da CETESB, no caso o engenheiro Rodrigo Passos Cunha, gerente da Divisão de Avaliação de Empreendimentos de Transportes da CETESB, e composta ainda por até dois membros do CONSEMA eventualmente presentes à audiência. Passou-se a etapa na qual na qual **Igor Moreira Motta**, engenheiro e representante da Empresa de Planejamento e Logística S/A apresentou um breve histórico do empreendimento, sua organização, etapas de desenvolvimento e objetivos, após o que o geólogo **José Luiz Ridente Jr.**, representante da PRIME Engenharia empresa de consultoria responsável pela elaboração dos estudos ambientais, apresentaram uma síntese do EIA/RIMA, precisamente dos motivos da escolha da localização, da capacidade pretendida para o empreendimento quando de sua plena operação, dos impactos que ele promoverá, principalmente nos recursos hídricos e nos meios físico, biótico e antrópico, e acerca das medidas de mitigação que serão implementadas com o objetivo de preveni-los ou mitigá-los. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes das entidades da sociedade civil. **Érica Alcântara**, representante do Jornal Ouvidor de Arujá e Região levantou os seguintes pontos: - questionou se as indenizações aos proprietários que tiverem seus imóveis serão justas, qual seria a metodologia adotada para delimitar as áreas a serem desapropriadas, e se tais cálculos serão feitos a partir da planta genérica do município de Arujá ou de uma planta específica e atualizada; - tendo em vista que Arujá localiza-se em área de proteção ambiental solicitou detalhamentos sobre a compensação ambiental, se esta será realizada no próprio município, ou em Santa Isabel que faz parte da mesma bacia hidrográfica, ou se fora do município. Indagou como será procedido o plantio de mudas e quais espécies serão escolhidas. Revelou que supunha que a compensação poderia ser procedida nos quatro parques ecológicos pertencentes ao município, visto que nenhum funciona, ou seja, não é acessível à população; - quanto a possível construção de um CDHU em Arujá questionou, se de fato, será implantado e se o planejamento do mesmo incluiu a implantação de creche e posto de saúde, tendo em vista a carência do município quanto a esse tipo de serviço. **Victor Molina**, representante do Movimento Permacultura Brasil disse que abordaria questões relacionadas às diretrizes urbanísticas, onde é comum a implantação de eixos de estruturação urbanos paralelos que passam por zonas periféricas da Região Metropolitana, muito parecido ao que está sendo proposto. Ao reconhecer que, com esse modelo, haverá melhora econômica, no transporte e seus fluxos, pois serão bem trabalhados. Mesmo com a impressão de ter visto algo parecido afirmou que gostaria de entender com mais profundidade os impactos ambientais envolvidos, sobretudo sobre a geração de ruídos. Por essa razão disse de gostaria de trazer mais uma reflexão sobre estarmos seguindo a mesma ideia de Ferroanel, Hidroanel e de Rodoanel, que vem de outros países detentores de estrutura já existente para tal. De acordo com sua avaliação, afirmou que optou-se por um modelo urbanístico às avessas, no qual os problemas da periferia tais como, especulação territorial e a expropriação de muitas pessoas, principalmente do campo, são sanados *à posteriori*. Considerou como sendo uma infelicidade a existência de cadeiras reservadas para ninguém, e, por outro lado a ausência de muitos dos seus amigos que nem ficaram sabendo da audiência, assim como a ausência da representação jovem. Revelou faltar muita integração da sociedade, assim como a divulgação de temas importantes. Passou-se a etapa na qual se manifestam àqueles que falam em seu próprio nome. **Gabriel Dias**, residente em Arujá, disse não refutar a ideia de que o projeto trará mais agilidade ao transporte, de modo geral, mas que ainda persistiam dúvidas sendo elas: se os funcionários das empresas que irão

Página 2 de 5



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

executar as obras terão acesso rápido aos serviços de saúde, e se haverá oferta de empregos para os munícipes de Arujá e da região, pois a cidade também sofre com o desemprego. Cristiane Brandão questionou como será realizado o gerenciamento dos resíduos gerados e, qual será o ganho efetivo de Arujá, em termos de *royalties*. Questionou como ficará a questão dos três parques da região que ninguém usufrui, por estarem abandonados e um deles localizar-se dentro de um condomínio. Disse acreditar que o Ferroanel irá contribuir para a mobilidade urbana que atualmente é caríssima e também para reduzir a poluição. Questionou também o que acontecerá em termos de geração de empregos e o que acontecerá com a fauna e se haverá algum trabalho de conscientização e preservação ambiental. **Alexandre Garcia**, após apresentar-se como representante de um grupo de moradores do bairro Rincão observou que, com a instalação do Rodoanel, parte de suas propriedades ficou encravada exatamente no trajeto do Ferroanel. Questionou quando as obras terão início e se já existe verba destinada a esse empreendimento. Passou-se a etapa na qual se manifestam os representantes de órgãos públicos. **Ivan Carlos Regina**, representando a presidência da CPTM afirmou que a obra será muito importante para que se consiga prestar um serviço de melhor qualidade a todos os habitantes da Região Metropolitana. Lembrou que, quando a CPTM foi constituída, em 1994, ela transportava 800.000 pessoas/dia e, hoje, esse número encontra-se próximo dos três milhões/dia. Ressaltou que essa obra possibilitará que se tenha condição aumentar o número de trens na grade e oferecer, como já havia dito um transporte de melhor qualidade para todos. Passou-se a etapa na qual se manifestam os representantes do poder legislativo. **Castelo Alemão**, vereador e líder do Governo na Câmara de Arujá ressaltou o importante papel das audiências públicas para tornar clara como as metas traçadas atingirão as pessoas no entorno das obras, pois apesar do bônus sempre trará um ônus que fica para os moradores diretamente afetados. Atentou que não teve a oportunidade de discutir o Rodoanel Norte em Arujá, pois o projeto foi anterior à sua nomeação à Câmara. No entanto, a DERSA compareceu a uma audiência pública realizada na Câmara Municipal, fornecendo subsídios e algumas diretrizes para que se pudesse trabalhar nesse assunto, em 2015, quando, de fato, chegaram as obras daquela rodovia, em Arujá. Com a chegada do Rodoanel, alguns moradores temem que, venham a ter maiores dificuldades, para tanto, é importante seguir os protocolos das audiências para que todos os possam participar e externar suas dúvidas, antecipando os possíveis impactos negativos. Ressaltou que o poder público vê com bons olhos a chegada de mais uma obra desse porte no Município. **Renato Caroba**, vereador de Arujá afirmou que não discursaria contra a obra, mas sim sobre seus impactos, e que apesar do menor traçado da obra incidir no município, a responsabilidade pela sua implantação é de todos. Recordou que durante a primeira audiência pública sobre o Rodoanel, realizada em 2010 no Lions Clube, prometeu-se mundos e fundos. No entanto, na prática, percebeu-se realidade diferente, pois houve a mudança de traçado, sem que se tenha realizado uma discussão na localidade, e já estão sendo evidenciados os impactos negativos da implantação do Rodoanel no Jardim Emília, tais como, desapropriações de forma irregular, por vezes legal, porém, de forma não justa, questão que lhe causa preocupação. Ao confirmar que não haverá necessidade de um “ponto de parada para transbordo” em Arujá, solicitou lhe seja confirmada tal informação. Sobre a compensação ambiental, mesmo que seja menor a área a ser desmatada, questionou se a base para cálculo da mesma incidirá sobre todo o traçado do Ferroanel, de que forma e, se haverá, de fato, tal compensação. Comentou sobre o não cumprimento das compensações do Rodoanel que foram realizadas de forma irregular, com a sobreposição das mesmas, sendo esse o motivo de sua preocupação quanto ao cumprimento das compensações ambientais em Arujá, mesmo que de menor monta. Questionou, se o Governo do Estado cumprirá com aquilo que vem apresentando nas audiências públicas. Passou-se a etapa na qual se manifestam dos representantes do Poder Legislativo. O vereador e líder do Governo na Câmara de Arujá, **Reinaldinho** lembrou que em outra audiência pública, protocolou documento solicitando que os meeiros de pequenas chácaras, produtores de verduras, hortaliças e flores também fossem compensados financeiramente, além dos proprietários, o que revela que sua preocupação com a

Página 3 de 5



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

compensação financeira daqueles diretamente afetados, além da compensação ambiental, já se manifestava, desde aquela época. Afirmou que sua atuação em outras ocasiões, já estaria surtindo resultados. Defendeu que as compensações sejam realizadas nessa mesma linha, e a existência de um ponto de parada em Arujá, para que Arujá também possa escoar seus produtos pela ferrovia, ao invés de se utilizar dos pontos de parada nos municípios vizinhos, ou seja, Itaquaquecetuba, Guarulhos, ou de outros mais. Disse que, caso fosse necessário, faria essa solicitação por meio de ofício, representando os três vereadores presentes na audiência. Passou-se a etapa das respostas aos questionamentos. **Igor Moreira Motta**, representante da Empresa de Planejamento e Logística S/A ofertou os seguintes esclarecimentos: - na valoração das compensações destinadas as desapropriações será utilizada a métrica legal do Governo, no sentido de se atingir o preço mais justo possível; - quanto a geração de postos de trabalhos para os moradores de Arujá, a DERSA sugeriu que no edital de contratação das empresas construtoras, seja incluído um anexo social com a recomendação de que no processo de contratação de pessoal seja considerado a inserção da população local; - no projeto atual, não está previsto uma parada em Arujá, no entanto, essa sugestão será levada ao conhecimento dos projetistas para ser avaliada. **José Luíz Ridente Jr.**, representante da PRIME Engenharia empresa de consultoria esclareceu que com relação às desapropriações, existia uma única propriedade agrícola em Arujá a ser desapropriada e que o restante do traçado em Arujá, estava totalmente inserido dentro da faixa de domínio do Rodoanel, Trecho Norte. Afirmou que a questão relacionada ao conjunto habitacional Fazenda Albor não possui relação nenhuma com o empreendimento que ora se discute, pois na etapa do projeto do Ferroanel houve a preocupação de manter a viabilidade de implantação desse conjunto habitacional, entre Guarulhos, Itaquaquecetuba e Arujá, para que pudesse ser efetivado. Nesse sentido, o traçado foi desviado em túnel para que a superfície pudesse ser mantida. Afirmou que os estudos mostram que todas as conexões urbanas existentes com o empreendimento serão mantidas e algumas delas aprimoradas, inclusive. Informou sobre a existência de legislação que prevê a contratação de porcentagem bastante significativa de mão de obra local, para trabalhar efetivamente durante a obra e em sua fase de operação. Com relação à compensação ambiental, esclareceu ter conhecimento de que a compensação ambiental do Rodoanel prevê o plantio, bastante significativo de 200 hectares em terreno situado no Município de Santa Isabel, segundo indicação da própria Prefeitura Municipal de Arujá. Esclareceu que a indicação de outras áreas para realização das compensações dentro do município relativa ao Ferroanel também será feita pela própria Prefeitura de Arujá. Quanto à questão de geração de renda para o município, no próprio EIA está previsto o aumento na arrecadação de impostos com o empreendimento, ou seja, maior arrecadação de ISSQN, o que proporcionará um grau de riqueza maior ao município durante a implantação e a operação. Com relação ao gerenciamento dos resíduos e da fauna durante a implantação do empreendimento, afirmou que está previsto um Sistema de Gestão Ambiental-SGA, no qual o empreendedor é obrigado a realizar um controle de todas as suas ações, e boas práticas em todos os níveis operacionais de implantação do empreendimento. Ou seja, todos aqueles prestadores de serviços serão obrigados a ter o seu SGA e respeitar aquele apresentado pelo empreendedor no EIA, o qual inclui programas ambientais para mitigação dos impactos. O Secretário-Executivo atendendo ao pedido de José Luiz Monteiro, Prefeito de Arujá cedeu-lhe a palavra. **José Luiz Monteiro**, Prefeito de Arujá após agradecer a presença de todos, afirmou ser aquele um momento de extrema importância para a história e para o desenvolvimento de Arujá. Lamentou o fato da maioria das cadeiras encontrarem-se vazias. Destacou a ausência da participação popular, em momentos de se discutir assuntos importantes, inclusive tratados nos conselhos, o que leva a constatação de reclamações, posteriores. De qualquer forma, afirmou estar claro que “a história se faz para frente”. Lembrou-se de que várias queixas, por exemplo, quando a Dutra dividiu o território de Arujá, em dois, assim mesmo essa rodovia trouxe progresso a Arujá. Mesmo sendo vetor de desenvolvimento do município, previu que a mesma coisa que aconteceu com o Rodoanel, poderá acontecer com o Ferroanel. Alertou que da mesma forma que o município está de braços



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

abertos para receber esses empreendimentos extremamente importantes, também estará atento aos direitos daqueles que, até agora, não foram atendidos. Disse ter conversado com Castelo Alemão, líder da Câmara Municipal, para que fiquem atentos a essa situação, de forma a não gerar queixas. Lembrou que algumas famílias de agricultores de subsistência, ainda não tinham sido ressarcidas por conta das desapropriações de suas propriedades, devido ao Rodoanel. No entanto, afirmou que a Prefeitura de Arujá ficará atenta e não dará as costas, a essa questão. Destacou que a Prefeitura preocupa-se com o desenvolvimento, o progresso, a geração de empregos e de receitas, mas nunca em detrimento da população. Passou-se então a palavra a **Rodrigo Passos Cunha**, Gerente da Divisão de Empreendimentos de Transportes da CETESB, para que fizesse suas considerações acerca do processo de licenciamento em curso. O especialista declarou que o procedimento tramitava inicialmente na primeira fase do licenciamento ambiental. Nesta fase, acrescentou, a equipe técnica da CETESB está analisando o EIA-RIMA, precisamente a concepção e a localização do empreendimento. Após a conclusão da análise dessa equipe, será emitido um parecer técnico, para concluir pela viabilidade ou não do empreendimento. Caso esse nosso parecer conclua pela viabilidade, ele será encaminhado ao CONSEMA que, no âmbito de sua plenária, deliberará sobre a emissão da Licença Prévia, ou não. Observou a propósito que a licença prévia, por regra, condensa uma série de condicionantes cujo atendimento vincula a emissão da licença seguinte, qual seja, a de instalação do empreendimento. O cumprimento de tais determinações, pontuou, é acompanhado de perto pela agência ambiental. Novas exigências são impostas e, ao final, emite-se a licença de operação, ato que coroa o procedimento licenciador. Depois de constatar e informar que todas as etapas da audiência haviam sido regularmente cumpridas, o Secretário-Executivo do CONSEMA, **Germano Seara Filho**, esclareceu que todo e qualquer interessado teria ainda o prazo de cinco (5) dias úteis, contados da data desta audiência, para enviar contribuições ou sugestões que tenham por finalidade o aperfeiçoamento do projeto, seja diretamente à CETESB, seja por meio eletrônico, seja protocolizando-as no órgão para tanto destinado. E, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Ricardo Salles, agradeceu a presença de todos, após o que declarou encerrados os trabalhos desta reunião. Eu, **Rosana Maria Henrique**, responsável pelo Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria Executiva do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.